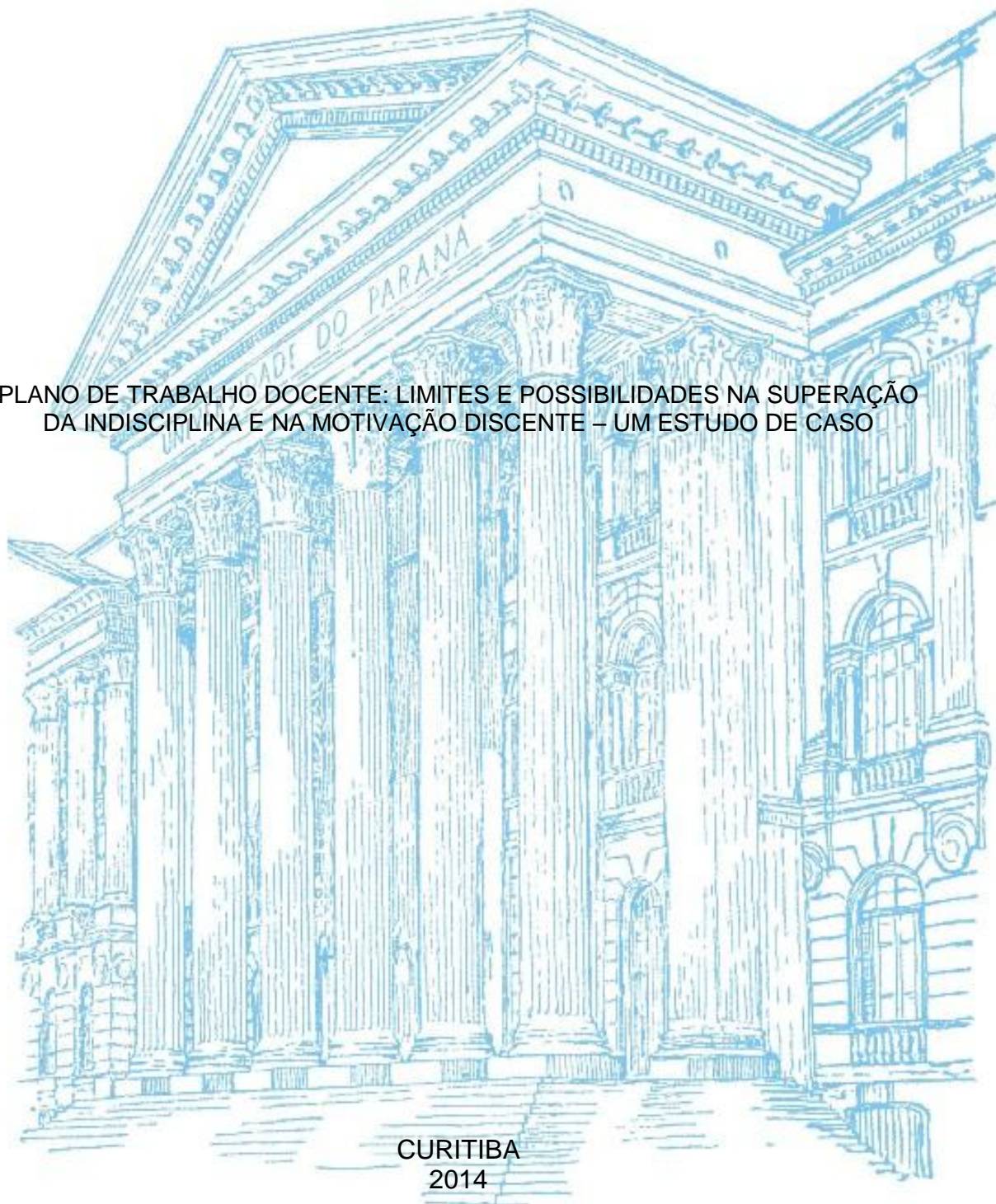


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSANGELA ALVES DE GODOY GREGÓRIO

PLANO DE TRABALHO DOCENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES NA SUPERAÇÃO
DA INDISCIPLINA E NA MOTIVAÇÃO DISCENTE – UM ESTUDO DE CASO



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

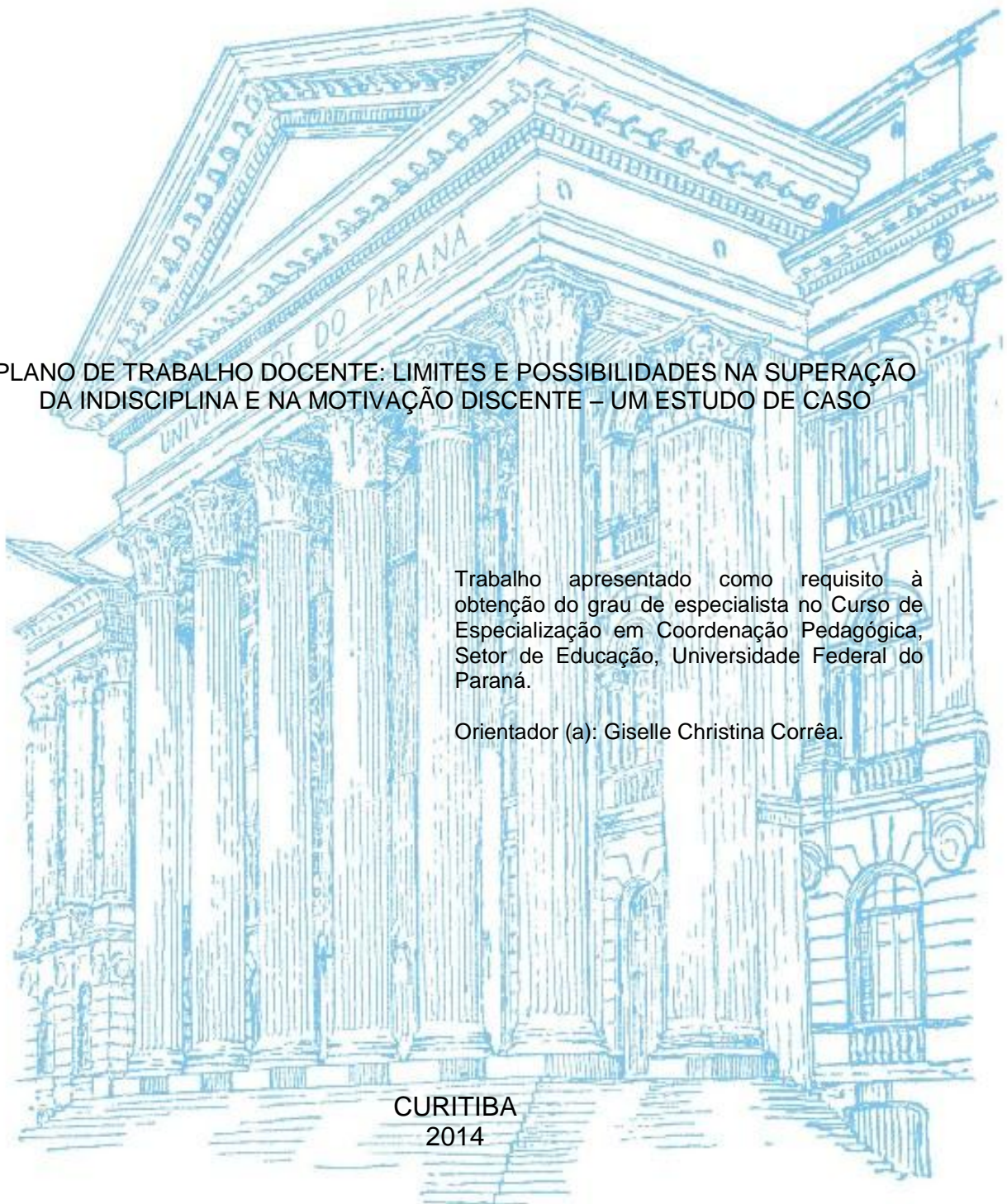
ROSANGELA ALVES DE GODOY GREGÓRIO

PLANO DE TRABALHO DOCENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES NA SUPERÇÃO
DA INDISCIPLINA E NA MOTIVAÇÃO DISCENTE – UM ESTUDO DE CASO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Giselle Christina Corrêa.

CURITIBA
2014



PLANO DE TRABALHO DOCENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES NA SUPERAÇÃO DA INDISCIPLINA E NA MOTIVAÇÃO DISCENTE – UM ESTUDO DE CASO

Rosangela Alves de Godoy Gregório*

RESUMO – O plano de trabalho docente expressa a coerência entre a teoria e a prática pedagógica docente. Porém existem profissionais que o concebem enquanto documento burocrático, distanciando-se de teorias contemporâneas que apontam para esse instrumento enquanto norteador de toda a ação pedagógica. Na medida em que o docente elabora seu planejamento de forma reflexiva, além de ser possível que ele identifique avanços e dificuldades em relação à aprendizagem, poderá prever estratégias mais eficazes com vistas à superação da indisciplina e também em relação à motivação dos alunos para os estudos. O presente estudo teve como objetivo investigar se os professores que atuam em uma Instituição de Ensino da rede pública do Estado do Paraná, que atendem a um total de 18 turmas das Séries Finais do Ensino Fundamental, no período da tarde, consideram o plano de trabalho docente enquanto ferramenta que contribui na superação da indisciplina e como instrumento desencadeador da motivação de estudantes em relação aos estudos. Os resultados demonstram que a maioria dos docentes não relaciona o ato de planejar às possibilidades de superação da indisciplina e da falta de motivação discente para realizar atividades em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento, plano de trabalho docente, superação da indisciplina, motivação discente.

1. Introdução:

O plano de trabalho docente é um tipo de planejamento norteador da ação pedagógica. É por meio dele que o professor prevê conteúdos e objetivos, estratégias de ensino (que inclui a organização do tempo e recursos materiais), formas e critérios de avaliação e recuperação de estudos para os alunos com menor rendimento.

O plano de trabalho expressa a coerência entre a teoria e a prática pedagógica, na medida em que o docente estabelece questões em torno da seleção de conteúdos (o que ensinar?), objetivos (para que ensinar?), metodologia/ descrição das atividades (como ensinar?), formas e critérios de avaliação (como e porque avaliar?). Ao elaborar o plano de forma reflexiva, é

* Artigo produzido pela aluna Rosangela Alves de Godoy Gregório, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EAD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Professora Giselle Corrêa. E-mail: rogodyespecial@gmail.com

possível identificar progressos e dificuldades em relação à aprendizagem, além de estratégias que podem ser melhoradas com vistas à superação da indisciplina e também à motivação dos alunos para os estudos.

Desse modo, o planejamento docente não deve ser concebido como um documento com fins burocráticos, mas como ferramenta que contribui para a qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

No estado do Paraná o planejamento é realizado periodicamente, de acordo com a organização do trabalho pedagógico do Estabelecimento de Ensino, a cada bimestre, trimestre ou semestre.

O presente estudo parte do pressuposto de que os professores da Instituição de Ensino onde foi realizado o estudo de caso realizam planejamento, de acordo com o sistema de avaliação (bimestral).

Com base em teorias que relacionam a indisciplina e a falta de motivação discente às deficiências relacionadas ao planejamento docente, considera-se necessário investigar se os professores elaboram o planejamento considerando-o importante enquanto ferramenta auxiliar na superação da indisciplina e da motivação de seus alunos para os estudos.

O texto segue estruturado com: revisão de literatura, análise das informações coletadas, considerações finais e referências bibliográficas.

2. Revisão de literatura

Foi realizado levantamento bibliográfico em torno de teorias defendidas por autores que estabelecem definições para o planejamento docente e considerações a respeito de questões envolvendo a indisciplina escolar e a falta de motivação dos alunos, atrelando esses aspectos ao planejamento das aulas.

O presente estudo contou com ainda com a utilização da literatura científica disponibilizada na plataforma virtual do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Escola de Gestores.

Além disso foi realizado um apanhado de informações e dados disponíveis em publicações (livros) disponíveis em Bibliotecas de acesso público. Também foram realizadas buscas na internet (livros, teses e artigos de origem nacional e internacional – traduzidas para a Língua Portuguesa).

Estudou-se especialmente as publicações (textos e vídeos) do autor Celso dos Santos Vasconcelos, que apresenta vasta produção acerca do tema em questão.

Primeiramente, considerou-se importante conceituar o significado de “planejar”, que, segundo Gandin (2014, p.01) consiste em organizar ações e o planejamento deve oferecer eficiência à ação humana:

O planejamento e um plano ajudam a alcançar a eficiência, isto é, elaboram-se planos, implanta-se um processo de planejamento a fim de que seja bem-feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução.

Na escola a ferramenta essencial para organizar e subsidiar o trabalho pedagógico é o plano de trabalho docente, sendo fundamental na medida em que perpassa toda a ação pedagógica.

Vasconcellos (2012), afirma que é o processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno.

Do ponto de vista legal, a LDB – Lei de Diretrizes da Educação Nacional, em seu artigo 13, itens II e IV, prevê a elaboração do plano de trabalho pelo professor. Na rede Estadual de Ensino do Paraná, a legislação consiste na Instrução 007/2010, proveniente da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Superintendência da Educação), em seu item VI, que instrui sobre a elaboração do Plano de Trabalho Docente.

No interior da escola observa-se certo descrédito (banalização/ descaso) por parte de alguns professores ao elaborar seus planejamentos, concebendo-o enquanto documento burocrático. Confirmando essa constatação, Menegolla e Sant’Anna (2008) realizaram estudo onde se referem à descrença dos professores em relação ao planejamento como decorrência de vários fatores, como experiências em escolas onde nada do que era planejado era aplicado. Para os autores, esses profissionais passaram a conceber os momentos de planejamento como desperdício de tempo e até como prolongamento das férias para os alunos.

Vasconcellos (2012) destaca a importância do planejamento para o alcance de propósitos fundamentais, defendendo a criação e uma “cultura de planejamento”, individual ou coletiva. Assim, o planejamento não deve ocorrer

em momentos isolados, sendo a realidade continuamente refletida e as estratégias de ensino constantemente avaliadas e aperfeiçoadas. Para ele, o ato de planejar contribui para que o ensino seja um processo significativo, crítico, criativo e duradouro, de modo que o planejamento deve ser concebido como forma de reapropriação da existência e de resgate do trabalho pedagógico em sala de aula.

O autor também destaca a importância do cuidado com o planejamento, com a preparação de recursos e aponta a necessidade de uma “disposição interior” que o docente deve ter para receber seus alunos, tornando a sala de aula um ambiente de estudo, onde seja possível que todos se concentrem seja realizado também o atendimento individualizado.

Esclarecendo o conceito de “zona de autonomia relativa” como sendo os limites internos, relacionados imediatamente aos acontecimentos do interior da escola, Vasconcellos (2014) afirma que são eles que limitam ou possibilitam o trabalho docente de forma imediata. O autor destaca que os profissionais deixam de considerar os limites pessoais e da instituição, onde deveriam empreender energias na resolução dos problemas, que imediatamente influenciam na sua ação pedagógica.

Esses profissionais preferem observar mais os limites externos à escola (que demandam ações de terceiros e a médio e longo prazo: dizem respeito às políticas públicas, número de alunos na sala de aula, estado, família, mídia, salário, tempo de trabalho, estatuto da criança e do adolescente, banco mundial), de modo que a realidade tende a permanecer sem melhorias, o que acaba por desmotivá-los e conseqüentemente aos seus alunos.

Assim, o professor deve ter sensibilidade para identificar possibilidades que estão em seu entorno, como por exemplo, pela via de participação da construção do Projeto Político Pedagógico da escola e mesmo dedicar-se ao planejamento adequado ao contexto social onde está inserida a instituição de ensino.

É importante que o docente observe que o ato de planejar está para além do atendimento aos objetivos e conteúdos do currículo (Sacristán, 2000), assim, enquanto mediador da construção do conhecimento levará em conta também as singularidades de seus alunos.

Dentro do conceito de zona de autonomia relativa, o professor passa a perceber que alguns problemas têm solução, resgata-se assim, a esperança de que muito pode ser feito no sentido de melhorar a atuação docente, já que o professor está marcado pelas impossibilidades e limitações impostas pelos fatores externos.

Entre os problemas apontados pelos professores da Instituição de Ensino onde foi realizada a pesquisa, está a questão da indisciplina em sala de aula.

Nesse sentido, Vasconcellos (2009), destaca alguns elementos fundamentais na construção da disciplina em sala de aula. Entre eles, o respeito como uma das necessidades da postura de um educador consciente, que "(...) tem a ver com a construção da cidadania, com o direito à diferença, com o direito a ter sua palavra, se expressar" (p.93). O autor continua sua fala afirmando que "o respeito pelo aluno passa também pela boa preparação do curso e das aulas (...)" (p. 94).

Em relação à proposta adequada de trabalho, Vasconcellos (2009, p.95) defende que:

É comum o professor se preocupar em demasia com as exigências relativas ao aluno – a disciplina –, mas esquecer-se da contrapartida necessária: um ensino significativo, participativo. Com o tipo de discurso que propõe/impõe – desvinculado da realidade, passivo – **o professor pode acabar sendo**, do ponto de vista interno à escola, **um dos mais sérios fatores indisciplinadores**.

Ainda em relação ao planejamento, destaca (2009, p. 96) que:

O desafio que se coloca, portanto, é que, de um lado, o professor deve exigir esforço, dedicação, disciplina dos alunos e, de outro, deve exigir-se, de maneira a construir uma adequada proposta de trabalho. Em síntese, para exigir disciplina, o professor precisa ter moral..., rever sua proposta de trabalho, tanto do ponto de vista do conteúdo, como da metodologia (criança motivada não dá problema de disciplina).

Vasconcellos (2014) defende ainda, a concepção de metodologia dialética da construção do conhecimento em sala de aula, envolvendo três pontos básicos: para que aprenda, o aluno precisa: querer, agir e expressar. O autor descreve os desdobramentos desses três pontos básicos em três dimensões:

1) Mobilização para a aprendizagem: se para aprender o sujeito precisa querer, o professor precisa se preocupar com esse "querer", não podendo

supor que o aluno traga esse interesse de casa, é tarefa do professor provocar esse interesse, resgatar esse interesse. Em muitos casos, o professor deve ter o cuidado de não sufocar esse interesse.

2) Construção do conhecimento: momento de análise do objeto de estudo, quando o aluno busca sua síntese. Nesse momento o papel do professor é utilizar a estratégia da problematização, valorizando as perguntas feitas pelo aluno e quando a pergunta não aparece, o professor deve propor questões que o desafiem, a partir das quais o aluno tenha condições de buscar informações que deem sentido à construção do conhecimento.

3) Elaboração da expressão da síntese do conhecimento: dimensão menos percebida pelo professor. Para expressar a síntese do que conheceu o aluno precisa expressar, seja na forma oral, gestual, modelos, maquetes, entre outros. Proporcionar alguma forma de expressão do conhecimento, o que obriga a organização das informações e atribuição do sentido ao conhecimento produzido.

Outro autor estudado em relação às questões que envolvem a indisciplina na escola foi Miguel Arroyo. Ele afirma (2007) que, ao contrário do que se espera ao se tentar realizar uma prática pedagógica de qualidade, no interior da escola ainda prevalecem problemáticas como discriminação, preconceito e cultura classificatória dos educandos.

Além de segregados, os alunos indisciplinados chegam a ser estigmatizado como violentos.

Neste contexto, o autor destaca que os profissionais da escola foram historicamente levados a categorizar esses sujeitos à categoria de “menores infratores”, desprovidos do direito mais elementar: serem reconhecidos como gente, como humanos. Em consequência, há impactos nos processos de desenvolvimento humano, ético, cultural, identitário desses coletivos, segregados como violentos. Tão marginalizados que inclusive as políticas educativas e afirmações de direitos à educação infantil ou fundamental se desmancham no confronto com a infância-adolescência reais, diante de suas condutas transgressoras.

Vasconcellos (2009, p.95), defende que, quando o aluno não consegue verbalizar o que não está bem de uma maneira clara (que pode ser a inadequação da proposta do professor), irá manifestar de alguma forma que as

coisas não vão bem, como por exemplo: querer sair a todo o momento da sala de aula, ficar conversando fora do assunto, não fazer as lições, agredir o colega ou o professor etc.

Arroyo (2007) propõe reflexões diante da queixa da violência do aluno em torno da violência maior praticada pelos educadores, que consiste em uma negação da esperança, a negação de um futuro melhor a que o aluno, especialmente das escolas públicas, está submetido.

Complementando o raciocínio construído a partir das contribuições do autor Vasconcellos acerca da necessidade da instituição de relações de respeito, recorre-se à Miguel Arroyo que afirma que, enquanto o desrespeito do aluno, normalmente, é explícito, o desrespeito do professor é camuflado, é sutil e aparece nas mais diversas formas de preconceito: o preconceito de classe, quando o professor não acredita naquele aluno simplesmente por sua condição social. Aparece também o preconceito quanto às possibilidades do aluno; o professor olha para o aluno e pensa: "Ih, este acho que não vai".

Outra falta de respeito citada por Arroyo (2007) está nas faltas constantes do professor ao trabalho, citado também por Vasconcellos (2009, p.94). Nesse caso, o simples fato do professor ser organizado em seu planejamento periódico (bimestral, semestral), demonstrará uma forma de respeito ao educando. Por exemplo, o docente pode adotar um planejamento complementar (diário), deixando-o acessível ao coordenador pedagógico, que poderá utilizá-lo caso a ausência do professor seja imprevista, inevitável.

A falta de respeito também avança pela sala de aula, sendo ilustrada na intolerância para com os erros dos alunos.

Para todos esses casos, vale destacar que os autores defendem, igualmente, que o enfrentamento da violência requer que o profissional da educação não use de outra violência (expressa no desrespeito) ou seja conivente com ela.

A relação entre a necessidade de disciplina e de liberdade do aluno também está intimamente ligada ao exercício da autoridade pelo professor, que deve buscar a legitimação da autoridade a partir do diálogo e da firmeza de proposta. É preciso que o professor supere o medo de exercer a autoridade, que muitas vezes ocorre pelo medo de entrar em conflito com os alunos, de não ter o apoio da escola, ou de confronto com os pais. A autoridade deve ser

compreendida no sentido transformador, sendo a capacidade de fazer o outro autor. O professor deve equilibrar-se entre a necessidade de dirigir, orientar, decidir, limitar e a necessidade de abrir, possibilitar, deixar correr, ouvir, acatar.

Para Arroyo (2007, p. 15) é a autoridade moral que confere legitimidade ao que é ensinado e ao ambiente moral da escola e da aula. Essa autoridade moral se redefine não apenas quando a relação dos professores com o saber, mas quando a relação dos educandos com a cultura, os valores, o conhecimento se redefine.

São práticas pedagógicas que trazem possibilidades de promoção, no interior da escola, de uma cidadania emancipada. Nesse sentido, Vasconcellos (2009) deixa claro que as questões relacionadas à indisciplina e à falta de motivação por parte dos alunos está diretamente relacionada ao planejamento do professor.

O autor afirma que um dos maiores desafios de que o professor se reconheça enquanto sujeito de transformação, acreditando na possibilidade de mudança do outro, de si e da realidade, e que tem um papel muito importante a desempenhar.

Essa tarefa de reconhecimento inicia-se no momento em que o professor toma consciência de que é importante conferir sentido ao que faz, respaldando-se diante da pergunta do aluno: "professor, estudar para quê?". Pois se o próprio professor não sabe o que está fazendo ali, toda sua defesa sobre a necessidade de limites ao aluno fica comprometida. O professor deve trabalhar com a produção do sentido em sua prática, a fim de que o educando possa compreender a realidade e empreender esforços para transformá-la.

Para o autor, o limite só tem sentido se for articulado a um objetivo, de modo que o próprio professor precisa resgatar o sentido de seu trabalho: pensar sobre a sua prática ("O que é que estou fazendo aqui? Eu acredito no que faço?"), compreendendo o conhecimento como instrumento de transformação, resgatando o sentido do conhecimento.

Então, numa perspectiva de formação para a cidadania, responder ao aluno que o conhecimento serve para que ele possa compreender o mundo em que vive, para usufruir dele, mas sobretudo para transformá-lo de acordo com a necessidade humana.

Nesse contexto, o planejamento docente tem um papel fundamental, pois consiste em um meio pelo qual o professor prevê essa formação cidadã, podendo expressar a crença nas possibilidades de que seu trabalho seja significativo na vida dos sujeitos.

A partir de um diagnóstico da realidade onde irá atuar, o professor estabelece sua metodologia a partir das necessidades e demandas dos alunos, contando com esse instrumento que proporciona a organização da prática, de forma sistematizada, eficiente e eficaz, além de ser possível que encontre possibilidades de superação da indisciplina e da falta de motivação discente para os estudos.

3. Análise de informações coletadas

Foi realizado um estudo de caso em um Estabelecimento de Ensino da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, localizado na cidade de Curitiba (PR), onde atua a cursista do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, no período da tarde. Nesse turno, a Instituição atende a um total 18 turmas das séries finais do Ensino Fundamental regular.

Os dados foram obtidos por meio de questionário com 27 (vinte e sete) questões abertas e semiestruturadas, direcionadas aos docentes de diversas áreas do conhecimento, com a participação de 30 (trinta) professores. Houve levantamento de dados por meio de observação participante, bem como análise dos planos de trabalho docente existentes na instituição de ensino, referentes ao 1º bimestre do ano letivo de 2014.

A observação participante ocorreu durante a prática pedagógica da cursista, em momentos de realização de atendimentos e de encaminhamentos aos casos de alunos que causaram situações de indisciplina em sala de aula.

No questionário foram abordados os seguintes assuntos: planejamento, indisciplina e motivação discente, divididos em 3 partes, a primeira com 15 (quinze) perguntas relacionadas ao planejamento docente; a segunda com 6 perguntas sobre o tratamento da indisciplina, e a terceira e última parte com 5 questões sobre a motivação dos alunos para os estudos.

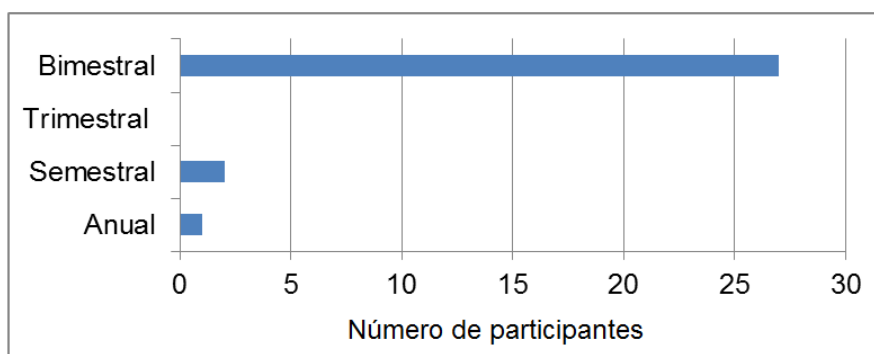
Dentro das questões semiestruturadas, foram propostas perguntas fechadas com respostas para serem marcadas (múltipla escolha), mas com

espaço para comentários, permitindo ao participante responder livremente, utilizando linguagem e opiniões próprias a respeito de sua prática.

Entre os meses de abril e junho do ano de dois mil e quatorze foram disponibilizados aos professores 30 (trinta) questionários, respondidos em momentos de hora-atividade.

Inicialmente, o estudo parte do pressuposto de que os professores da Instituição de Ensino realizam planejamento de acordo com o sistema de avaliação (bimestral). Porém, constatou-se que, embora todos os docentes realizem planejamento bimestralmente, dois realizam semestralmente e um docente afirmou que realiza o planejamento anualmente (gráfico 1).

Gráfico 1 - PERIODICIDADE NA ELABORAÇÃO DO PTD

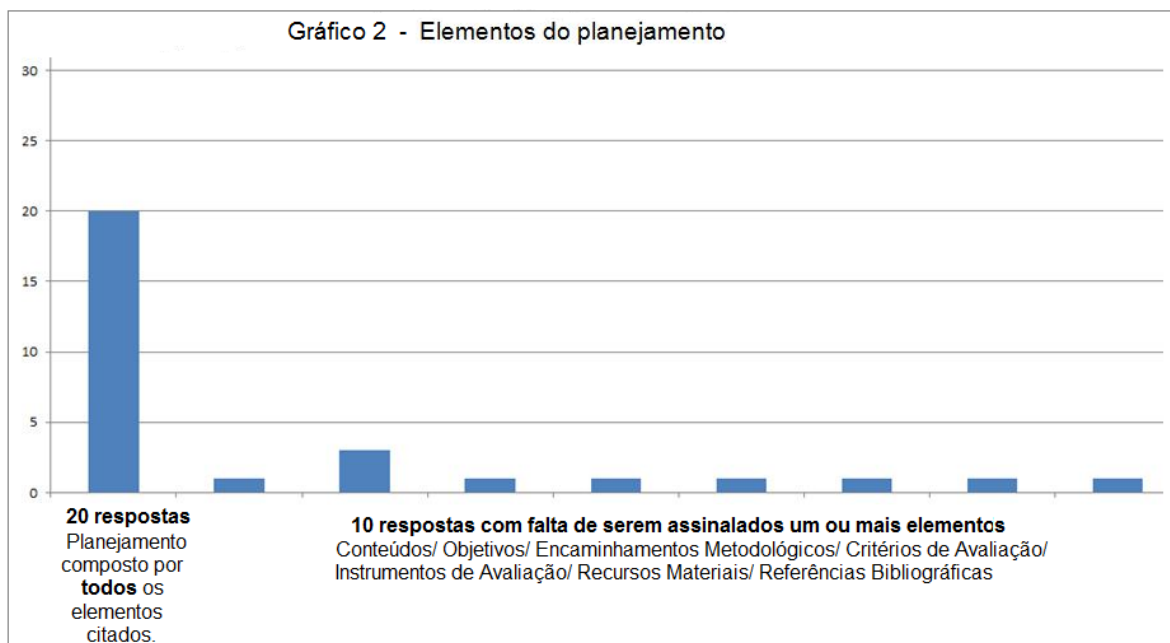


Fonte: própria autoria, 2014.

Apesar de constantes orientações dos coordenadores pedagógicos, ainda existem dificuldades em relação à composição do documento, observadas durante a análise dos planos de trabalho docente e também na ilustração do gráfico 2, que mostra que $\frac{1}{3}$ dos docentes desconhece a necessidade de que seja composto por: conteúdos, objetivos, encaminhamentos metodológicos, critérios e instrumentos de avaliação, recursos materiais e referências bibliográficas.

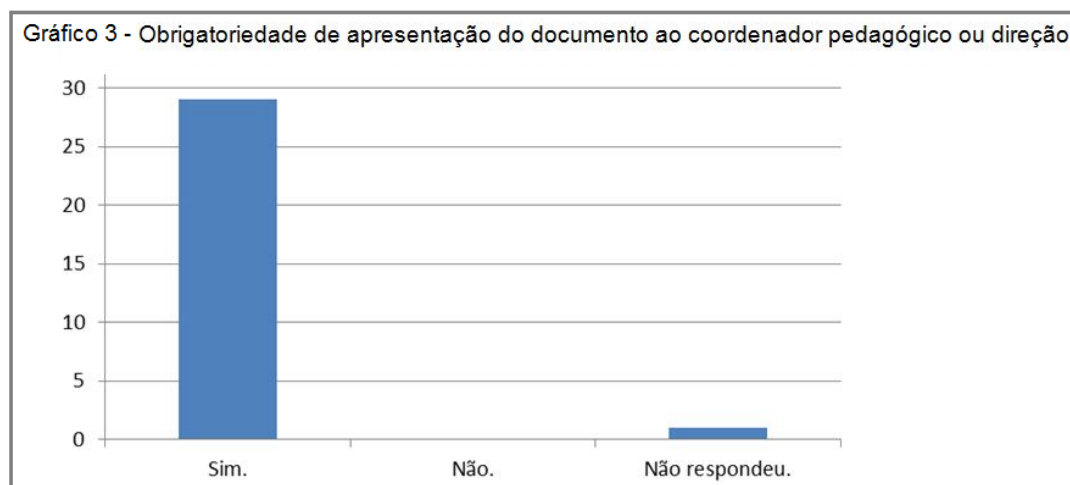
Ao questionar sobre os referenciais que utilizam para elaborar o plano de trabalho docente, os professores afirmaram que recorrem a duas ou mais fontes de pesquisa bibliográfica para compor o planejamento. O fato é que, mais uma vez há contradição entre o discurso e a prática, pois ao comparar as respostas com os planejamentos entregues ao coordenador pedagógico da instituição, verifica-se, entre outras incoerências que muitos professores: 1) deixam de citar os referenciais; 2) citam apenas consulta ao livro didático; 3)

citam um ou outro referencial, como as diretrizes curriculares do estado do Paraná, isoladamente.



Fonte: própria autoria, 2014.

O gráfico 3 reforça a constatação de que existem profissionais que elaboram o PTD pela obrigatoriedade imposta pela legislação. Na prática, há certo descaso no cumprimento dessa obrigatoriedade. O que comprova essa constatação é o fato de que muitos profissionais contaram com a prorrogação do prazo de entrega do plano de trabalho docente referente ao 2º bimestre de 2014, que, ao invés de ter sido entregue no final do 1º bimestre, foi necessário que a equipe pedagógica exercesse autoridade hierárquica para que os PTD's fossem entregues até a data de 25 de julho. Detalhe: esse dia é o último dia letivo do 2º bimestre.

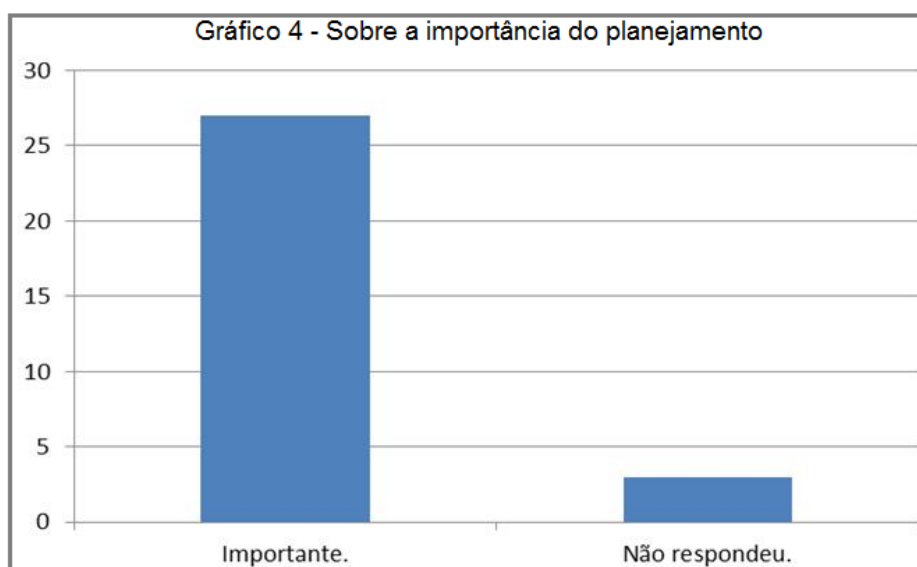


Fonte: própria autoria, 2014.

A pergunta 4 questiona se o professor considera o planejamento importante, embora três profissionais abstiveram-se de responder, destaca-se algumas respostas: 1) *“Sem dúvida. Por meio do planejamento, o professor baliza seu trabalho docente, de modo a otimizar o processo ensino-aprendizagem”*. 2) *“Sim. O planejamento é o instrumento que norteia o trabalho pedagógico do professor”*. 3) *“Sim, forma de organizar seu trabalho conforme as diretrizes”*. 4) *“Sim. Manter a coerência dos conteúdos pedagógicos de todos os professores que ministram a mesma disciplina”*.

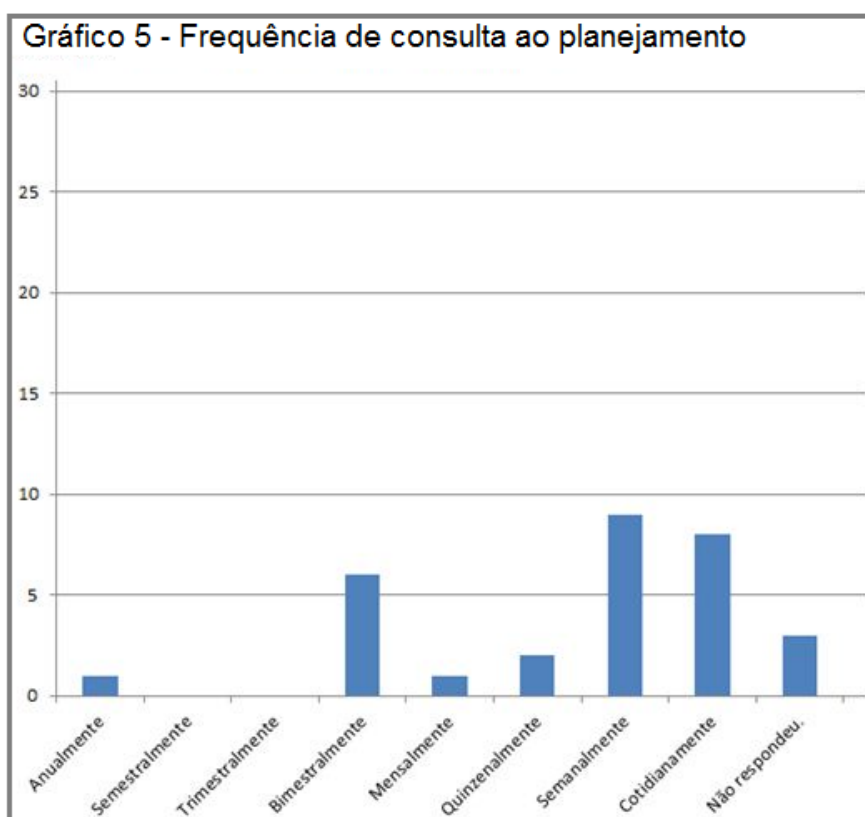
Dezenove questionários trouxeram respostas semelhantes às duas primeiras mencionadas acima, demonstrando que os profissionais têm consciência da importância de ser realizado o planejamento.

Porém, as respostas 3 e 4 trazem elementos preocupantes em relação à concepção de planejamento docente. A primeira traz uma preocupação com a legislação e a segunda deixa claro que o docente concebe o planejamento enquanto “padronizador” das ações dentro de uma área do conhecimento, contrariamente às teorias pedagógicas contemporâneas, que preconizam que o planejamento deve considerar as singularidades dos alunos, das turmas. Em outras palavras, todos os professores de uma mesma disciplina elaboram um único planejamento de acordo com a série, mas possuem turmas diversas, que demandariam planejamentos diferenciados.



Fonte: própria autoria, 2014.

O gráfico 5 a seguir, mostra que uma parcela considerável de docentes consulta o planejamento com pouca frequência, alguns nem responderam à questão. As respostas demonstram incoerência dos professores, pois foram questionados a respeito da importância do planejamento (gráfico 4), e praticamente a totalidade afirmou que o considera importante, porém, se é importante não está sendo consultado na proporção dessa importância.

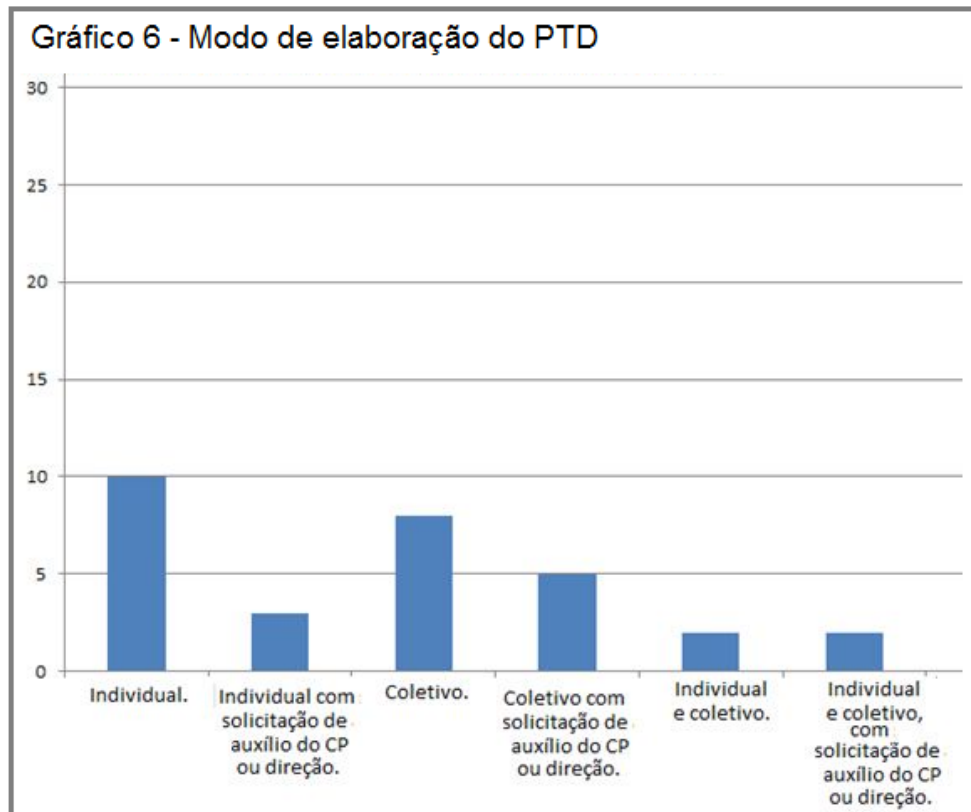


Fonte: própria autoria, 2014.

Em determinado momento da pesquisa, houve menção do professor em “manter a coerência dos conteúdos pedagógicos de todos os professores que ministram a mesma disciplina”. Assim, no gráfico 6, percebe-se que existem grupos que realizam o planejamento em conjunto.

Nesse caso, a preocupação é inerente à consideração das especificidades dos alunos/ turmas. Conforme observação, na prática os grupos de professores se reúnem de acordo com a área de atuação e realizam um mesmo plano de trabalho docente. Em seguida socializam as cópias a serem utilizadas em várias turmas de mesma série, sem considerar cada grupo de alunos, ou ainda, os alunos com menor rendimento escolar.

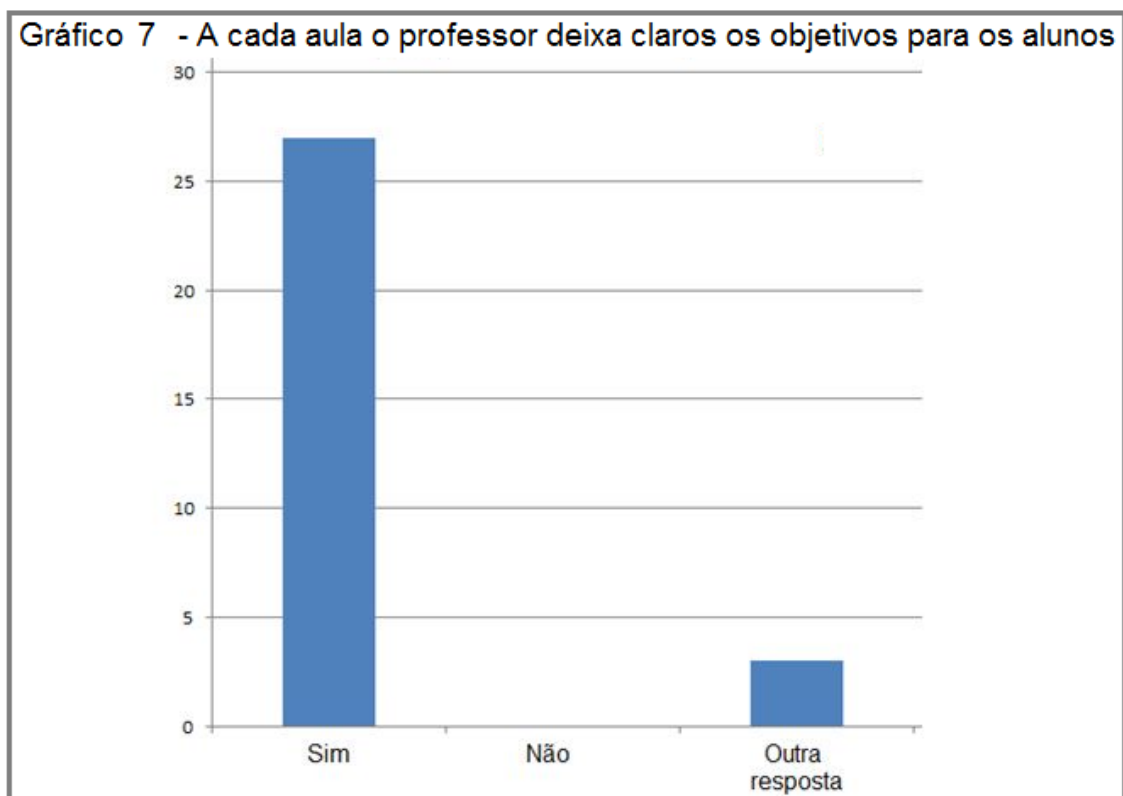
Outra preocupação é o fato de que há um número expressivo de docentes ($\frac{1}{3}$) que realiza o planejamento de modo solitário, sem recorrer ao coordenador pedagógico, direção, e nem realizar trocas de experiências com os próprios colegas.



Fonte: própria autoria, 2014.

A questão referente ao gráfico 7 demonstra que todos os docentes deixam claros os objetivos da aula, pois “outra resposta” foi justificada com o argumento de que, quando o professor ministra um conteúdo em várias aulas, não é necessário reexplicar o objetivo, até que o conteúdo seja concluído.

Mais uma vez constata-se a falta de coerência entre o discurso docente e a prática, pois são inúmeros casos de indisciplina atendidos pelo coordenador pedagógico, que nesses atendimentos questiona o aluno sobre o conteúdo ministrado em sala de aula e ele não sabe dizer. Muitas vezes ele não sabe, por motivos diversos, algumas vezes em decorrência da própria indisciplina, que desvia sua atenção. Porém, muitas vezes os alunos relatam que não sabem do que se trata a aula porque o professor não falou (ou ainda, o professor apenas abre o livro didático, senta-se e orienta que todos procedam à leitura e ao preenchimento dos exercícios do livro).



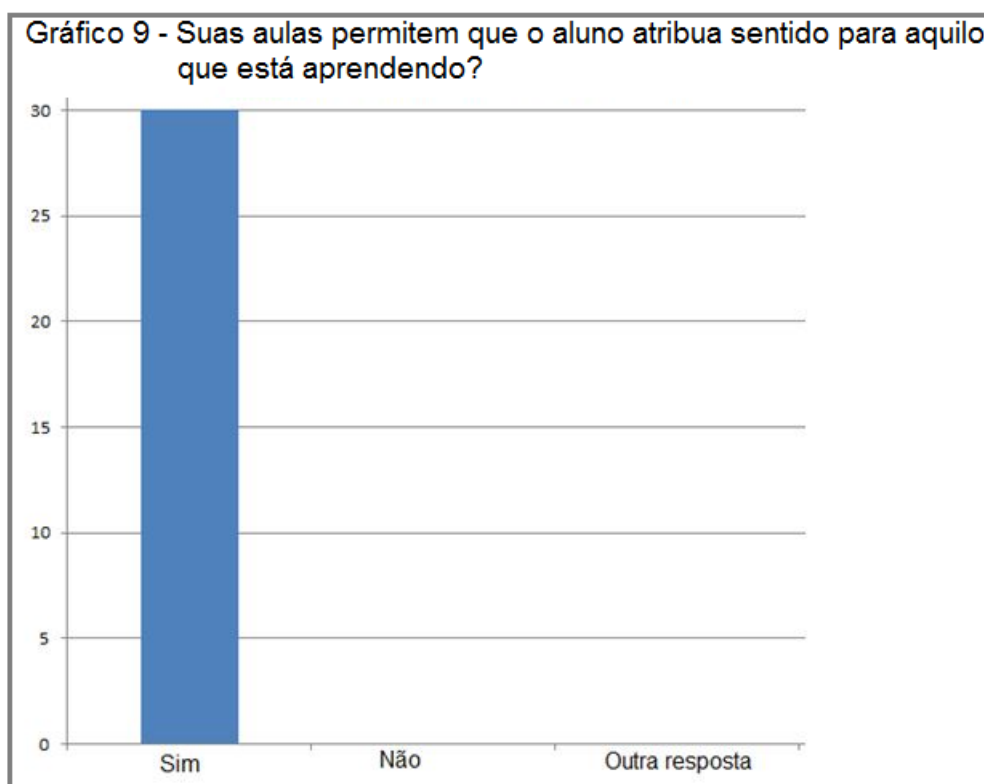
Fonte: própria autoria, 2014.

As respostas à questão que deu origem ao gráfico 8 indicam que, ao elaborar o plano de trabalho docente, a quase totalidade dos docentes considera o contexto social onde o aluno está inserido. Porém, permanecem questões a serem respondidas: ao inserir estratégias metodológicas em seu planejamento considerando a realidade do aluno (grupo), por que ele desconhece o assunto que está sendo ministrado (ou não sabe qual o objetivo da aula)?



Fonte: própria autoria, 2014.

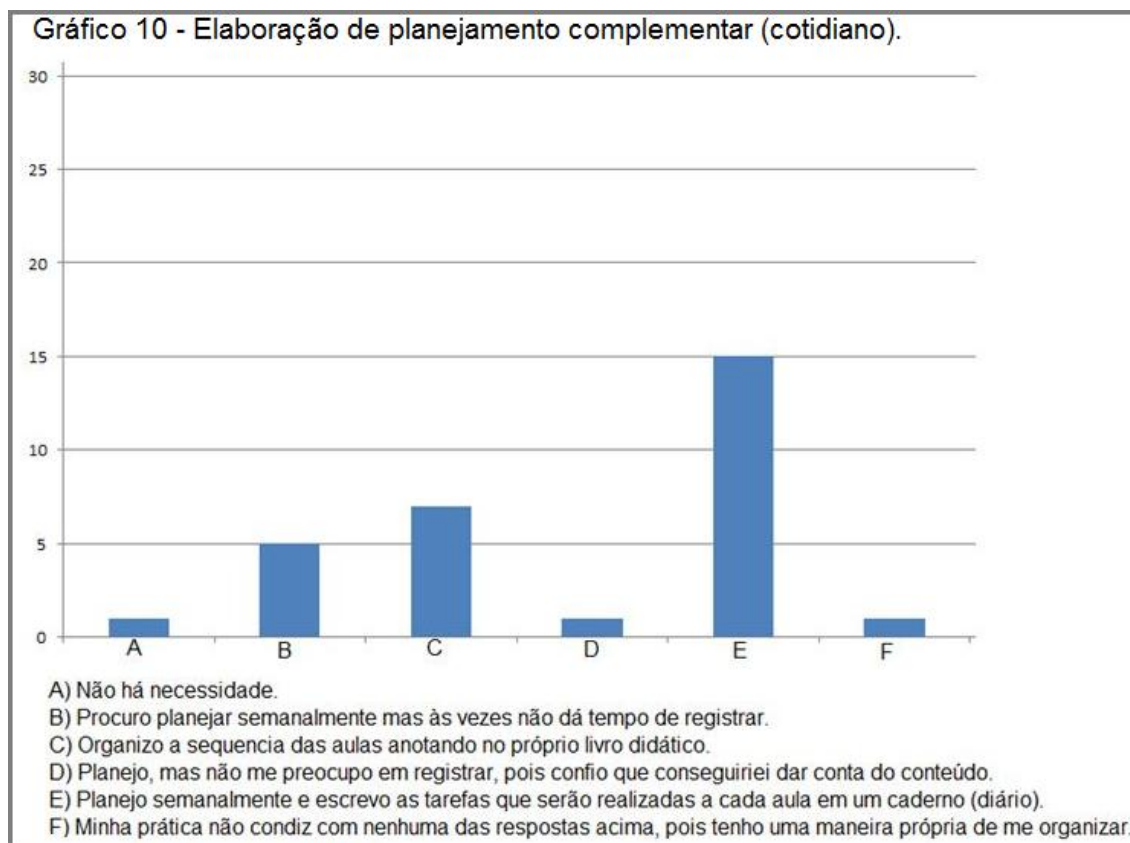
A totalidade de professores considera que suas aulas permitem que o aluno atribua sentido para aquilo que está aprendendo:



Fonte: própria autoria, 2014.

A questão que emerge desse gráfico (9) é a seguinte: se a aula permite que o aluno atribua sentido para o conteúdo ministrado, o que está permitindo que ele desvie sua atenção para situações de indisciplina em sala de aula?

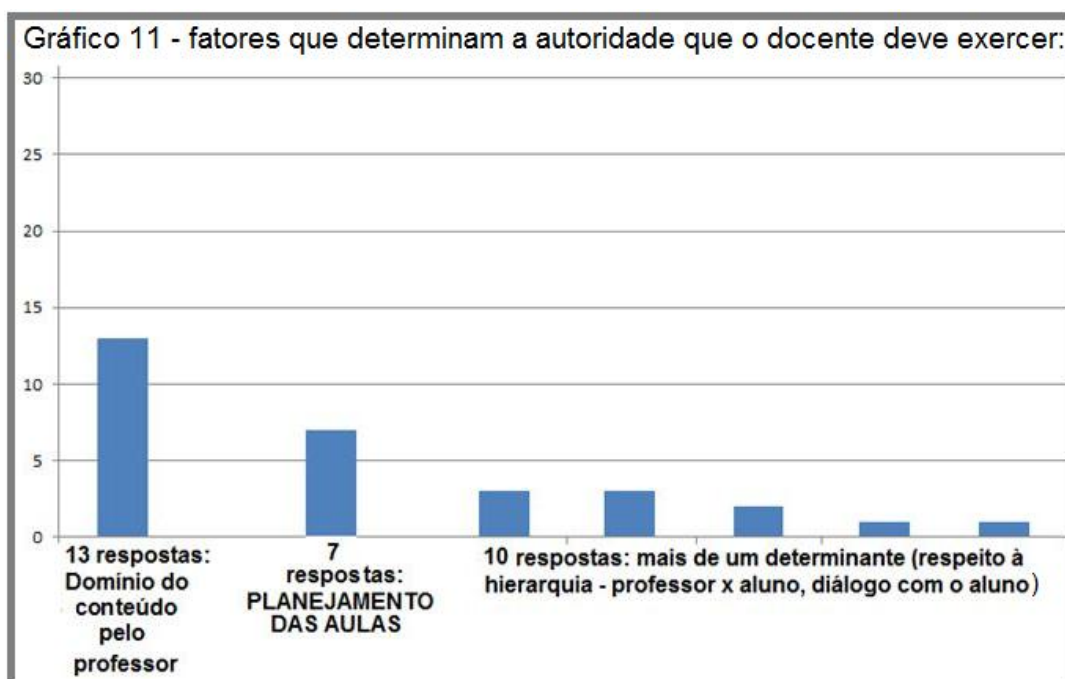
No gráfico 10 a seguir, percebe-se que a metade dos professores faz o plano de trabalho docente bimestralmente, mas também faz um planejamento complementar, registrado em um diário pessoal, que, segundo eles, auxilia na organização do cotidiano. O planejamento diário é especialmente elaborado de acordo com as demandas próprias do docente, não havendo um “padrão” a ser seguido, apenas uma forma de “organização auxiliar”.



Fonte: própria autoria, 2014.

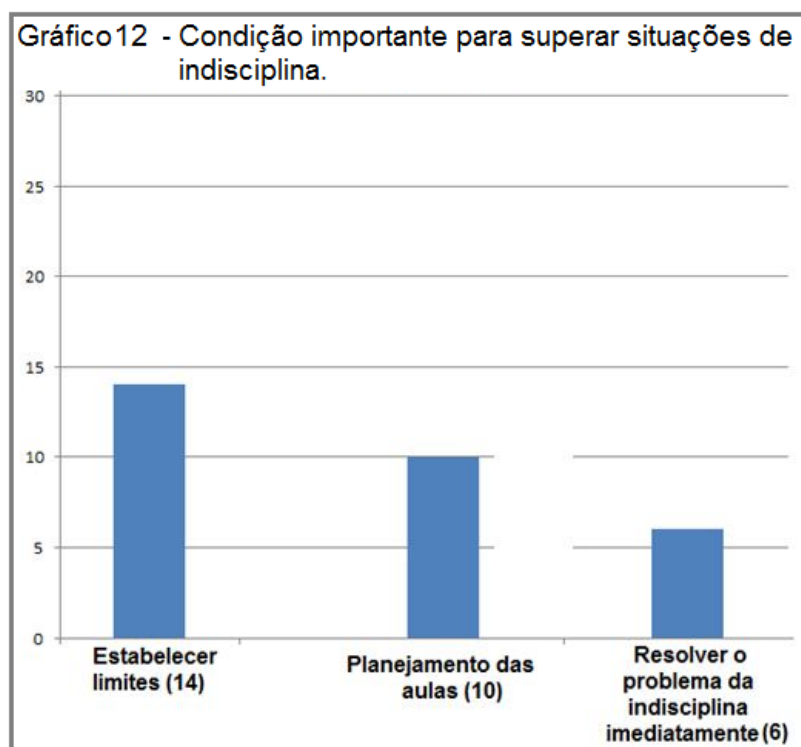
Após a investigação em torno do tema “planejamento”, os questionamentos que se seguiram disseram respeito à indisciplina dos alunos, a fim de verificar se os docentes atribuem algum aspecto relativo ao planejamento à essa questão.

O gráfico 11 demonstrou que a maioria dos docentes atribui a autoridade que o professor deve exercer em sala de aula à diversos fatores: domínio do conteúdo, manutenção da hierarquia professor x aluno, diálogo, e apenas sete respostas relacionaram a autoridade ao planejamento das aulas.



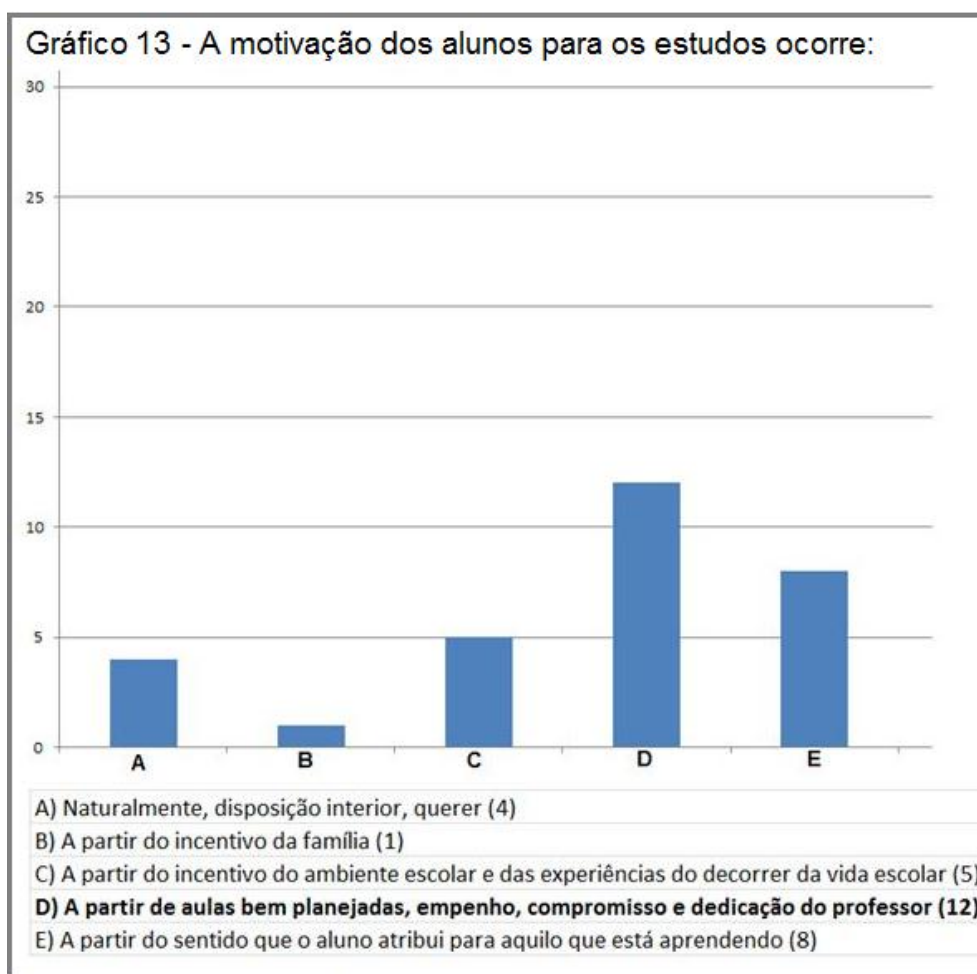
Fonte: própria autoria, 2014.

Na questão seguinte (gráfico 12), a maioria dos professores defende que a superação da indisciplina demanda o estabelecimento de limites somado à resolução das situações de indisciplina imediatamente, ao passo que $\frac{1}{3}$ dos professores considera que o planejamento das aulas está relacionado com o êxito imediato da aula.



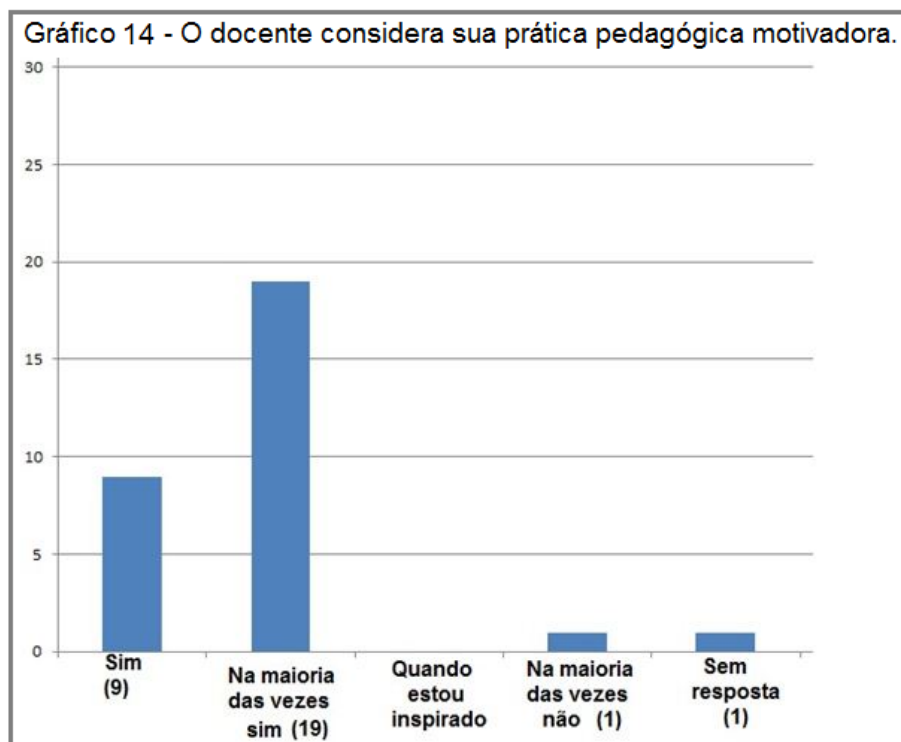
Fonte: própria autoria, 2014.

Por fim, foram colocadas questões a respeito da motivação dos alunos para os estudos (gráfico 13). E mais preocupações surgem: a maioria (18 respostas) dá conta de que a motivação dos alunos deve a diversos fatores: naturalmente, de acordo com a disposição interior/ querer (pertinentes ao aluno); a partir do incentivo da família; a partir do incentivo do ambiente escolar e das experiências do decorrer da vida escolar; a partir do sentido que o aluno atribui ao que está aprendendo. Pouco mais de $\frac{1}{3}$ dos respondentes (12 professores) demonstram consciência de que a motivação do aluno está relacionada às aulas bem planejadas, empenho e dedicação do professor.



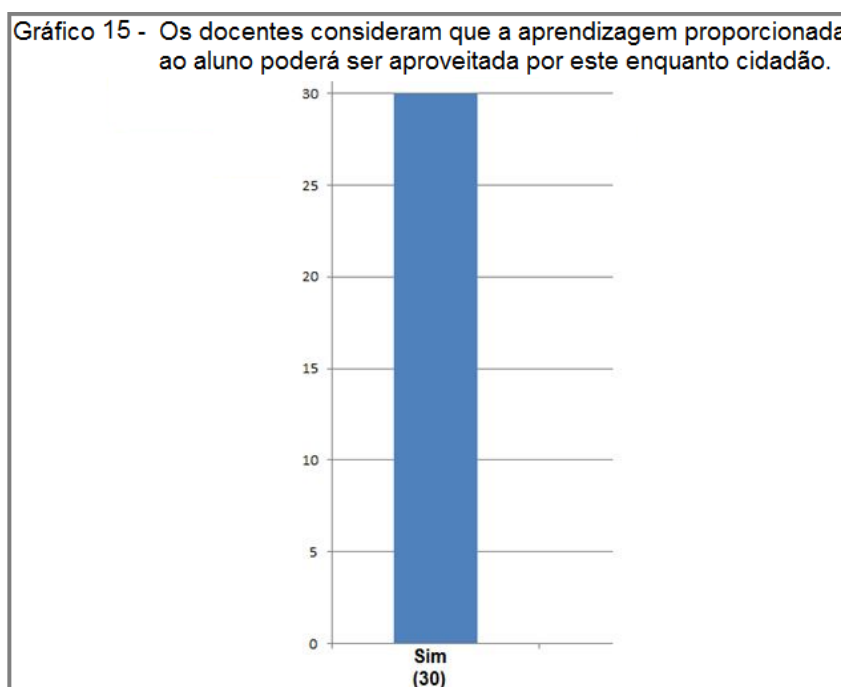
Fonte: própria autoria, 2014.

O gráfico 14 expressa que a maioria dos professores considera que realiza uma prática pedagógica motivadora. Resta saber se as estratégias previstas e utilizadas contemplam essa prática, que mais uma vez não condiz com esse discurso: um aluno motivado para os estudos tende a realizar as atividades propostas e a deixar de causar situações de indisciplina em sala de aula.



Fonte: própria autoria.

Por fim, o gráfico 15 encerra o questionário demonstrando que a totalidade dos professores considera que a aprendizagem proporcionada ao aluno poderá ser aproveitada por ele enquanto futuro cidadão. Porém, considera-se mais uma vez que os discursos estão sendo incoerentes com a prática: o professor acredita em seu trabalho, mas atribui a motivação de alunos dos alunos a fatores que não estão diretamente ligados à sua atuação.



Fonte: própria autoria, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo propiciou constatações de que existem limitações em relação à elaboração e retomada do plano de trabalho docente, enquanto norteador de toda a prática pedagógica. Embora todos os docentes da Instituição de Ensino realizem planejamento, existem profissionais que elaboram o PTD pela obrigatoriedade imposta pela legislação, deixando de ser elaborado de forma reflexiva. Apesar das constantes orientações dos coordenadores pedagógicos, existem dificuldades desde a composição do documento.

Foram observadas potencialidades como a concepção de alguns profissionais, que afirmam que o planejamento otimiza o processo de ensino – aprendizagem e também é um instrumento que norteia o trabalho pedagógico do professor. Assim sendo concebido, espera-se que estudos como o presente auxiliem ao professor no sentido de relacionar o ato de planejar à superação da indisciplina, prevendo situações que podem ser evitadas com estratégias de ensino adequadas.

Apesar de tantos limites e fragilidades observados desde a elaboração do plano de trabalho docente, o estudo demonstrou que os professores: a) consideram sua prática pedagógica motivadora; b) a aula permite que o aluno estabeleça sentido para o que aprende; c) consideram o contexto social onde está inserido o aluno.

Dessa forma, conclui-se que a falta de motivação dos alunos e a indisciplina é atribuída pelos docentes a fatores externos à sua atuação, não havendo consciência de que esses fatores estão relacionados às aulas bem planejadas, com seleção de conteúdos e estabelecimento de estratégias metodológicas adequadas à realidade vivida pelos alunos.

Constata-se que não há uma real consciência da necessidade de dedicação, empenho, comprometimento e elaboração de planos de trabalho adequados, pois, embora adotem o discurso, tendo assinalado essas questões como condições para motivação dos alunos, na prática permanecem reclamações de que os estudantes se negam a realizar atividades e são indisciplinados.

Nesse aspecto, se faz necessária uma adequação dessa consciência docente à sua prática, iniciando-se pela elaboração consciente do plano de

trabalho, preparando metodologias adequadas, propiciando ao aluno o estabelecimento de significado para o que aprende, e conseqüentemente, tornando-se motivado.

Outro ponto importante observado a partir do presente estudo é a retificação da importância da atuação do coordenador pedagógico enquanto mediador dos momentos de planejamento docente, em especial junto aos profissionais que realizam o planejamento individual, de modo solitário. As ações do Coordenador Pedagógico consistem no empreendimento de esforços no sentido de aproximar o discurso docente e suas práticas, de modo a abandonar estratégias retrógradas (como o caso relatado por um aluno de que o professor abriu o livro didático e ordenou que todos fizessem a leitura e os exercícios do livro).

Fazem parte das ações do Coordenador Pedagógico em relação às orientações aos docentes na elaboração de seus planos de trabalho:

- a) composição do documento;
- b) seleção de referenciais teóricos;
- c) inserção de estratégias metodológicas adequadas (considerando o contexto social, de modo que, ao ser questionado, o aluno saiba responder a respeito do assunto que está sendo ministrado);
- d) Incentivo à prática do planejamento complementar/ diário (que organizando a prática cotidiana, tornando minucioso o plano bimestral);

A prática docente precisa ser adequada ao planejamento, e este adequado à prática, eis a necessidade do documento ser constantemente revisitado, não devendo ser concebido como um documento com fins burocráticos, mas como ferramenta que contribui para a qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

Práticas como o planejamento coletivo devem ser enaltecidas, porém deve ser realizado de acordo com as demandas específicas, de modo que não deve ser idêntico para todas as turmas, que possuem “ritmos” e especificidades.

Por fim, aponta-se a necessidade de se contemplar o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Essa pauta merece um estudo aprofundado, envolvendo questões curriculares, pois é preocupante

o fato de que as especificidades desses alunos não sejam contempladas nos planos de trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 787-807, out. 2007

ASINELLI, Thania. THOMAZI, Áurea. **Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas.** *Revista Educar*, nº 35. Editora UFPR, 2009. (p.181-195).

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9394.** Presidência da República, Brasília-DF, 1996.

GANDIN, Danilo. **O planejamento como ferramenta de transformação da prática educativa.** Disponível em: <http://www.manancialvox.com/biblioteca/Danilo-Gandin-Planejamento-como-pratica-educativa.txt> . Acesso em: 22/01/2014.

GARCIA, Tânia Maria Braga. **A riqueza do tempo perdido.** *Educação e Pesquisa* - UFPR, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 109-125, jul./dez. 1999

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LIMA, Cristina Maria Garcia de; DUPAS, Giselle; OLIVEIRA, Irma de; KAKEHASHI, Seiko. **Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão.** *Revista latino-americana de enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 21-30, janeiro 1996.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Usos e abusos dos estudos de caso.** *Cadernos de Pesquisa- Programa de Pós-Graduação em Educação.* Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e característica.** Cascavel: E-Unioeste. *Revista Travessias* vol. 2, nº3, 2008.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação - CEE. **Deliberações 014 e 016/1999, 04/2000, 002/2002.** Disponível em <http://www.cee.pr.gov.br/>. Acesso em 27/01/2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Instrução 007/2010.** Disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=151>. Acesso em 27/01/2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2ª Ed., 2013.

SACRISTÁN, Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

_____. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

VASCONCELLOS, Celso S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 7.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

_____. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 16ª ed. São Paulo; Libertad, 2012. (2006).

_____. **Gestão da sala de aula**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2YVd6AmYUK0> Acesso em 15 de abril de 2014

ZANTEN, Agnès Van. **Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização**. Revista perspectiva, Florianópolis-SC, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun. 2004.